

INICIATIVAS DE COMPRAS PÚBLICAS DE PRODUTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA OS RESTAURANTES UNIVERSITÁRIOS**PUBLIC PROCUREMENT INITIATIVES OF FAMILY FARMING PRODUCTS FOR UNIVERSITY RESTAURANTS****INICIATIVAS DE COMPRA DE PRODUCTOS AGROFAMILIARES PARA RESTAURANTES UNIVERSITARIOS**Rozane Marcia Triches¹<https://orcid.org/0000-0002-4460-4821>Maria Eduarda Ranzi²<https://orcid.org/0000-0001-9818-1417>Carla Rosane Paz Arruda Teo³<https://orcid.org/0000-0002-1534-6261>Eliziane Nicolodi Francescato Ruiz⁴<https://orcid.org/0000-0002-8632-6612>**Submissão: 04/04/2022 / Aceito: 01/08/2022 / Publicado: 28/10/2028.****Resumo**

Este artigo tem como objetivo analisar três casos de Restaurantes Universitários (RU) do sul do país que vêm comprando produtos da agricultura familiar (AF). Mais especificamente, verificar as formas utilizadas para compra de produtos de AF, identificar quais são os mecanismos de acesso construídos por parte das organizações de agricultores e gestores, bem como verificar os desafios e as articulações existentes entre atores públicos e privados que participam da elaboração e execução destas compras institucionais, observando semelhanças e diferenças entre os casos. A pesquisa se caracteriza como estudos de casos de caráter qualitativo, realizada a partir de 28 entrevistas semiestruturadas feitas com agentes sociais participantes deste processo analisadas por meio de análise de conteúdo. Verificou-se que a forma de gestão dos RU interfere nestas compras e que nos casos onde havia autogestão, as aquisições tinham mais êxito. No caso da gestão terceirizada, foi necessário inclusão de cláusulas nos editais para as compras ocorrerem. O papel dos atores sociais, suas interações e motivações foram determinantes na superação das dificuldades encontradas em todos os casos (logística, adaptação ao novo processo, organização). Os resultados mostram ser possível implementar as compras da agricultura familiar nos RU de forma satisfatória, e evidenciam a importância destas políticas que

¹Doutora em Desenvolvimento Rural. Universidade Federal da Fronteira Sul. E-mail: rozane.triches@gmail.com

²Graduanda em Nutrição. Universidade Federal da Fronteira Sul. E-mail: eduarda.ranzi@gmail.com

³Doutora em Ciências de Alimentos. Universidade Comunitária da Região de Chapecó. E-mail: carlateo@unochapeco.edu.br

⁴Doutora em Desenvolvimento Rural. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. E-mail: eliziane.ruiz@ufrgs.br



visam o desenvolvimento social, ambiental, econômico e da segurança alimentar e nutricional.

Palavras-chave: Programa de Aquisição de Alimentos; Restaurantes Universitários; Compras Institucionais; Políticas Alimentares; Segurança Alimentar e Nutricional.

Abstract

This article aims to analyze three cases of University Restaurants (RU) in the south of the country that have been buying products from family farming (AF). More specifically, to verify the ways used to purchase AF products, to identify which are the access mechanisms built by farmers 'and managers' organizations, as well as to verify the challenges and the articulations existing between public and private actors that participate in the preparation and execution of these institutional purchases, observing similarities and differences between the cases. The research is characterized as qualitative case studies, carried out from 28 semi-structured interviews with social agents participating in this process, analyzed through content analysis. It was found that the form of management of the RU interferes in these purchases and that in cases where there was self-management, the acquisitions were more successful. In the case of outsourced management, it was necessary to include clauses in the calls for tenders to occur these purchases. The role of social actors, their interactions and motivations were decisive in overcoming the difficulties encountered in all cases (logistics, adaptation to the new process, organization). The results show that it is possible to implement family farming purchases in university restaurants in a satisfactory manner, and highlight the importance of these policies that aim at social, environmental, economic development and food and nutritional security.

Keywords: Food Acquisition Program; University Restaurants; Food Procurement; Food Policies; Food and nutrition security.

Resumen

Este artículo tiene como objetivo analizar tres casos de Restaurantes Universitarios (RU) en el sur del país que vienen comprando productos de la agricultura familiar (AF). Más específicamente, verificar las formas de compra de los productos AF, identificar cuáles son los mecanismos de acceso construidos por las organizaciones de agricultores y gestores, así como verificar los desafíos y las articulaciones existentes entre los actores públicos y privados que participan en la elaboración y ejecución de estas compras institucionales, observando similitudes y diferencias entre los casos. La investigación se caracteriza por ser estudios de casos de carácter cualitativo, realizados a partir de 28 entrevistas semiestructuradas a agentes sociales participantes de este proceso, analizadas a través del análisis de contenido. Se encontró que la forma de gestión de la RU interfiere en estas compras y que en los casos en que hubo autogestión, las adquisiciones fueron más exitosas. En el caso de la gestión tercerizada, era necesario incluir cláusulas en los avisos para que se produzcan las compras. El papel de los actores sociales, sus interacciones y motivaciones fueron determinantes para superar las dificultades encontradas en todos los casos (logística, adaptación al nuevo proceso, organización). Los resultados muestran que es posible implementar las compras de la agricultura familiar en los restaurantes universitarios de manera satisfactoria, y muestran la importancia de estas políticas que apuntan al desarrollo social, ambiental, económico y de seguridad alimentaria y nutricional.

Palabras clave: Programa de Adquisición de Alimentos; Restaurantes Universitarios; Compras Institucionales; Políticas Alimentarias; Seguridad alimentaria y nutricional.



INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, vários estudos internacionais (MORGAN e SONNINO, 2008; ESPEJO, BURBANO e GALLIANO, 2009; BUNDY et al., 2009; SWENSSON, et al., 2021) e nacionais (TRICHES, 2010; TEO e TRICHES, 2016; PARRADO-BARBOSA, et al., 2022) têm apontado para a necessidade de rever as compras públicas de alimentos e suas formas de abastecimento, enfatizando a aproximação entre produção e consumo. Estes estudos demonstram que tentativas bem-sucedidas de realizar compras de alimentos de agricultores familiares (AFs) por parte do poder público têm a capacidade de proporcionar o abastecimento com baixos custos e promover a produção e circulação de mercadorias, ativando as economias e favorecendo a conexão entre produção e consumo (MORGAN e SONNINO, 2008). Além disso, as compras públicas de AFs minimizariam os gastos com transporte (encurtando as distâncias), incentivariam a cultura alimentar e a vocação agrícola do local. Finalmente, ao descentralizar e localizar as aquisições públicas, estas se tornariam mais passíveis de controle e regulação social. Neste sentido, destaca-se o papel do Estado como consumidor, e, portanto, incentivador de cadeias de abastecimento consideradas mais sustentáveis, nomeado na literatura internacional por Green State (MORGAN E SONNINO, 2008).

Seguindo nessa perspectiva, estas questões dialogam com os preceitos e políticas de Segurança Alimentar e Nutricional brasileiras, principalmente no que diz respeito aos Programas de Aquisição de Alimentos (PAA) e de Alimentação Escolar (PNAE). Os quais passariam a apresentar-se com grande potencial para ser utilizados como políticas de caráter estruturante, partindo do princípio de que, ao adquirir gêneros alimentícios orgânicos ou agroecológicos, construir-se-ia uma nova demanda de produção ambientalmente mais equilibrada. Este equilíbrio viria do princípio de que estes sistemas de produção teriam por objetivo a sustentabilidade econômica e ecológica, a maximização dos benefícios sociais, a minimização da dependência de energia não-renovável, empregando, sempre que possível, métodos culturais, biológicos e mecânicos, em contraposição ao uso de materiais sintéticos, organismos geneticamente modificados e radiações ionizantes.

Por seu turno, do lado dos consumidores, dialogaria com a qualidade dos alimentos ofertados e com a saúde pública (LANG e HEASMAN, 2004; MASON e LANG, 2017). Para estes autores as preocupações com a saúde pública teriam sido até então



marginalizadas e moldadas de acordo com os interesses e influências das normas de mercado. Os mesmos defendem que sistemas alimentares e nutricionais deveriam ser direcionados pelas necessidades nutricionais e ambientais e não pelas questões meramente mercadológicas.

Diante deste papel das compras públicas de alimentos, verifica-se especificidades e diferentes graus de avanço em relação à efetivação da inserção da agricultura familiar (AF) nos mercados institucionais abertos pela alimentação escolar e pela modalidade de compra com doação simultânea do PAA (TRICHES, 2018 e SILVA et al., 2021). No entanto, raros estudos foram feitos no Brasil para investigar a modalidade de Compra Institucional do PAA instituída em 2012 pelo Decreto 7775 e muito menos analisando o cumprimento do Decreto 8473 de 2015 que obriga as instituições públicas (dentre eles, Restaurantes Universitários) a adquirirem no mínimo 30% do recurso que recebem para comprar alimentos de AFs.

Portanto, este artigo tem por objetivo analisar três casos de RU do sul do país que vêm comprando produtos da agricultura familiar. Mais especificamente: verificar quais os processos de compras/contratação de serviços utilizados e as formas de gestão dos RUs, as formas utilizadas para compra de produtos de AF; identificar quais são os mecanismos de acesso - trajetória, motivações e estratégias dos atores sociais no processo de mudanças; bem como verificar quais são as articulações existentes entre atores públicos e privados que participam da elaboração e execução destas compras institucionais (desafios e soluções). Nesta análise, também se buscará identificar similaridades e diferenças entre os três casos analisados. Para tanto, como referencial teórico se utilizará a Perspectiva Orientada ao Ator (POA) defendida por Long (1992 e 2007).

MÉTODOS E CARACTERIZAÇÃO DOS CASOS

A pesquisa é de caráter qualitativo e foi realizada a partir de estudos de casos em três RU dos estados do sul do país. Dois grupos de dados e informações constituíram a sua base. Um composto a partir da análise de documentos oficiais dos órgãos públicos envolvidos na aquisição de alimento para os RUs e outro, resultado de coleta de informações através de entrevistas feitas com agentes sociais participantes deste processo de compras.

Este trabalho faz parte de um estudo multicêntrico realizado em todas as



Universidades dos estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul⁵.

A coleta de dados se deu na seguinte ordem:

- 1) Em um primeiro momento foi feito levantamento dos editais de contratação de serviços ou de compra de alimentos para os RUs dos anos 2016 e 2017, além de outros documentos como cardápios, projetos, fotografias, estatísticas e demais informações pertinentes por meio de contato telefônico e de consulta aos sites das IFES.
- 2) Em seguida, nos anos de 2018 a 2019 foram enviados questionários através da plataforma on-line Google docs para gestores e responsáveis técnicos de todos os Campi com RU funcionando, solicitando informações como: número de AFs e Cooperativas participantes, os produtos e respectivas quantidades compradas, o volume financeiro movimentado, os preços pagos, as dificuldades encontradas e formas de superação.
- 3) A partir do diagnóstico realizado através dos dois primeiros passos, foram selecionados os três casos melhor sucedidos no que tange ao volume de produtos e ao montante de recursos utilizados para as aquisições da AF e a permanência no tempo destas compras, durante os anos de 2016 a 2019, quais sejam: 1) RU da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS - RS); 2) RU do Campus de Chapecó da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS – SC) e 3) RU da Universidade Federal de Pelotas (UFPel - RS).

Foram realizadas entrevistas semiestruturadas diferenciadas para cada grupo de atores e estes foram escolhidos por conveniência. Todas as entrevistas realizadas foram gravadas e transcritas. Os entrevistados foram, o gestor responsável pelas compras e o responsável técnico pelo Restaurante da IFES ou na inexistência deste, do responsável técnico pela empresa contratada para prestar o serviço e os agricultores participantes. No total foram 28 entrevistados, sendo que na UFRGS entrevistou-se 5 agricultores, 8 representantes de Cooperativas, 2 nutricionistas e 1 gestor. Na UFFS foram realizadas entrevistas com 5 agricultores, 1 representante de Cooperativa, 1 nutricionista e 3 representantes da gestão. Na UFPel tivemos apenas a possibilidade de entrevistar 1 nutricionista e 1 representante de Cooperativa. Neste último caso, houveram várias tentativas de entrevistas com agricultores, mas sem êxito.

A análise dos dados qualitativos foi realizada pela categorização temática, utilizando-se a técnica de análise de conteúdo. Minayo (1996, p.209) afirma que “fazer uma análise temática consiste em descobrir os núcleos de sentido que compõem uma

⁵ Projeto aprovado na ChamadaCNPq/MCTIC N° 016/2016.



comunicação cuja presença ou frequência signifiquem alguma coisa para o objetivo analítico visado”. Segundo a mesma autora, a análise temática acontece em três fases: a pré-analítica, a de exploração do material e a de tratamento dos resultados obtidos e interpretação. A primeira seria apenas a organização do material para criar os indicadores que possam levar à análise final. Após submete-se este material a um estudo aprofundado, orientado, em princípio, pelos objetivos da pesquisa e referenciais teóricos, classificando, agregando e organizando os dados em categorias. Por fim, com embasamento nos materiais empíricos, reflete-se, intui-se e estabelecem-se relações entre eles e as ideias.

As categorias analisadas nesta parte da pesquisa foram relativas aos elementos que caracterizam as formas de implantação e implementação das compras de AFs para os RUs destas IFES. Esta pesquisa foi aprovada pelos Comitês de Ética da UFRGS (87932018.6.0000.5347) e da UFFS (62708716.3.0000.5564).

Como dito, dentre todos os casos analisados nos três estados do sul no período analisado, três se destacaram – Os Campi da UFRGS, o Campus de Chapecó da UFFS e os Campi da UFPel. A seguir, descreve-se sucintamente cada um deles, buscando evidenciar os motivos pelos quais foram eleitos.

A Universidade Federal de Pelotas (UFPel), possui três campi com RU, atende em média 35.400 refeições semanais (café da manhã, almoço e jantar) englobando as três unidades mais um refeitório. Desde 2019 a modalidade de gestão seguida pela instituição é a terceirização, por meio de um pregão eletrônico com contrato anual, realizando as compras dessa forma. Os principais gêneros adquiridos da AF são grãos (dentre os quais arroz orgânico), conservas, frutas, laticínios e ovos, com destaque para os hortifrutigranjeiros, como alface, beterraba, cenoura, repolho, rúcula, tempero verde, etc. De acordo com o nutricionista fiscal de contrato, cinco Cooperativas participavam desse processo além de outros agricultores que eventualmente realizavam entregas. Os valores referentes aos gastos com compras advindas da AF variaram de acordo com a gestão do RU. Nos anos de 2017-2018, em que era gerido pela UFPel através da Fundação de Apoio Universitário (FAU) foram destinados R\$ 2.622.750,11. Após passar pelo processo de terceirização, entre os meses de abril e maio de 2019, em seu campus Porto, conseguiu alcançar o percentual de 30,5% (R\$ 66.678,00) do total gasto (R\$ 276.476,43), adquirindo produtos de um conjunto de cooperativas.

A Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) possui cinco campi com RU,

DOI: <http://dx.doi.org/10.22295/grifos.v32i59.7007> | Edição Vol. 32, Núm. 59, 2023.



Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Attribution, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

destes, o mais exitoso é o do campus de Chapecó – SC. A modalidade de gestão seguida pelo mesmo é a terceirização total, com contrato de concessão de espaço por meio de pregão presencial. O RU iniciou seu funcionamento no ano de 2014 e, no momento da pesquisa, eram servidas em torno de 850 a 1.200 refeições por dia (almoço e jantar). Quanto aos gêneros adquiridos de três Cooperativas, entre os anos de 2016 e 2018, destaca-se uma diversidade de hortifrutigranjeiros, subdivididos em hortaliças, frutas, raízes e tubérculos. Em relação aos recursos direcionados pela empresa concessionária para a compra dos produtos da AF foram aplicados R\$ 147.089,59, o que representaria cerca de 14% do total gasto com alimentos entre 2016 e 2018 (PARIZOTTO, 2019).

A Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) possui seis RU que produzem em média 11 mil refeições/dia, sendo administrados por autogestão até 2017 e, posteriormente, por terceirização. Em relação aos recursos, no ano de 2017, a Universidade ultrapassou a meta governamental, adquirindo R\$ 4.724.966,14, que representou quase 50% do valor total da aquisição de gêneros alimentícios da AF (recebeu o prêmio “Destaque 2017” do Ministério do Desenvolvimento Social pelo mérito de ser a Universidade Federal que mais adquiriu alimentos da AF no ano de 2017). Quanto às Cooperativas de AFs, nos anos de 2016 e 2017 foram contatadas nove Cooperativas distintas para participar do processo. Entre os gêneros adquiridos destacam-se frutas (sucos e geleias orgânicas), vegetais, carnes e ovos. A aquisição de frutas e vegetais da AF, apesar de crescente, foi menor se comparada a de carnes, lácteos e arroz (BARROSO, 2019).

A MUDANÇA A PARTIR DA PERSPECTIVA ORIENTADA AO ATOR

Para analisar a trajetória de mudança das compras que era essencialmente de fornecedores convencionais para uma parcela de agricultores familiares, nestes três casos, foi utilizada a Perspectiva Orientada ao Ator (POA). Segundo Long (1992), a POA busca reconciliar as perspectivas de ação e estrutura para estudar o processo de desenvolvimento, o que contribuiria para um tratamento mais sofisticado da mudança social com ênfase na interconexão e mútua determinação de fatores internos e externos e suas relações. Essa perspectiva reconhece “múltiplas realidades” e a diversidade das práticas sociais dos vários atores, que, muitas vezes, são diferentes e incompatíveis. E esse reconhecimento é o principal componente a ser entendido no processo de desenvolvimento, ou seja, toda mudança social envolve a luta entre diferentes interesses sociais e intersecções de pontos de



vista, e, portanto, esse deve ser um ponto de análise.

O enfoque nos atores justifica-se pelo pressuposto teórico de que o poder da mudança, por exemplo, não se dá somente de forma centralizada nem de forma autoritária, de cima para baixo, mas se encontra distribuído de forma atomizada e expande-se pela sociedade. Por outro lado, onde o poder está, está também a resistência. Nesse sentido, segundo Long (1992), os atores sociais não são simplesmente uma categoria social desincorporada ou recipientes passivos de intervenção, mas participantes ativos que processam informações e estratégias em suas negociações com vários atores locais, bem como personagens e instituições de fora.

Mas é necessário distinguir o ator do agente. Diferentemente de “ator”, que tem uma acepção genérica, ser “agente” ou ter “capacidade de agente” significa possuir capacidade ou habilidade para influenciar e atuar sobre outros, ou seja, ter uma disposição ou capacidade de ação que faz de alguém ou de um grupo de atores um elemento atuante no contexto social específico, sendo, portanto, um atributo aplicável tanto a indivíduos como a grupos.

Dentro dos limites de informação, incerteza e outras restrições, os atores sociais possuem capacidade de saber e capacidade de atuar. Tentam resolver problemas, aprendem como intervir no fluxo de eventos sociais ao redor de seus olhos, e, em certa medida estão tanto para as ações próprias, observando como os outros reacionam a sua conduta e tomando nota das várias circunstâncias contingentes (LONG, 2007, p. 48).

Com isso, quer-se chamar a atenção para o fato de que os interesses, as necessidades e as motivações dos atores para intentar uma mudança estão relacionadas às formas de coerção, às incertezas, aos limites e a outros constrangimentos que os levam a intervir no fluxo social para resolver problemas que lhe são particulares. Assim, assume-se que os atores são capazes, quando sofrem restrições sociais, de formular decisões, agir sobre elas, inovar e experimentar. Com essas premissas, é importante verificar quais as restrições que forçam os atores a procurarem outras formas de conhecimento e ação que acabam por dar origem à mudança.

Na emergência da mudança, estariam envolvidas as noções de interfaces, os domínios, as arenas, onde a consciência prática e discursiva dos atores – como elementos estruturais – é mobilizada para "impor" suas vontades e suas regras aos outros atores. Em outras palavras, para Long (2007), se parte da premissa de que não só se trata com uma multiplicidade de atores sociais, mas também com realidades múltiplas que, em potência,



implicam interesses sociais e normativos conflitantes e configurações de conhecimentos diversas e descontínuas, então deve-se examinar detalhadamente, quais e de quem são as interpretações ou modelos que prevalecem sobre os de outros e em que circunstâncias o fazem. Dessas interações em que a ação é negociada e os seus sentidos vão ganhando forma, é que um cenário consensual passa a ser constituído e institucionalizado.

Long (2007) define “domínio” como áreas da vida social que estão organizadas por referência a um núcleo central ou agrupamento de valores que, mesmo quando não percebidos com exatidão da mesma forma por todos os envolvidos, são reconhecidos como um sítio de regras, normas e valores que implicam um grau de compromisso social. As “arenas”, por sua vez, seriam sítios sociais e espaciais em que os atores se confrontam, mobilizam relações sociais para alcançar fins específicos, incluindo permanecer no jogo. Nelas, busca-se resolver discrepâncias nas interpretações de valor e incompatibilidades entre os interesses dos atores.

As situações de interface pressupõem algum tipo de encontro entre indivíduos com grau de interesse comum, e proporcionam os meios para que os indivíduos ou grupos cheguem a definir suas posições culturais ou ideológicas frente aos que defendem ou simbolizam pontos de vista contrários (LONG, 2007). Para entender as interfaces, é necessário verificar os vários tipos de conhecimento existentes, os que surgem no encontro de horizontes, e como se efetiva a incorporação de nova informação e de novos marcos discursivos ou culturais. Long (2007) frisa que o produto emerge como um produto de interação, diálogo, reflexão e contendas de significados e envolve aspectos de controle, autoridade e poder.

Na perspectiva de interface pode-se captar a luta por espaço de manobra. Criar um espaço para manobrar implica, segundo Long (2007, p.146), “[...] um grau de consentimento, um grau de negociação, e assim, um grau de poder, manifestado na possibilidade de exercer algum controle, prerrogativa, autoridade e capacidade para a ação, seja em primeiro plano ou nos bastidores, em momentos flutuantes ou em períodos mais sustentados”. Na interação, essa capacidade surge envolvida nas tentativas dos atores para conseguirem que os outros ajam de acordo com as suas vontades. As lutas fundamentar-se-iam no grau em que os atores específicos se percebem a si mesmos capazes de manobrar dentro de situações particulares e desenvolver estratégias eficazes para fazê-lo.

MECANISMOS DE ACESSO – TRAJETÓRIA, MOTIVAÇÕES E ESTRATÉGIAS DOS ATORES SOCIAIS NO PROCESSO DE MUDANÇAS

Nesta seção buscou-se verificar os processos de compras/contratação de serviços utilizados e as formas de gestão dos RU, bem como identificar quais foram os mecanismos de acesso dos AF a estes mercados, dado pelas trajetórias, motivações e estratégias dos atores sociais envolvidos neste processo de mudança.

Na UFPel, o processo de compras da agricultura até início de 2019 era realizado através de convênio com a Fundação de Apoio Universitário (FAU), por meio de chamadas públicas, já que a forma de gestão dos RU ainda era autogestão. Sob a óptica dos membros das Cooperativas envolvidas, tornou-se possível a publicação e divulgação de chamadas públicas a partir das interfaces entre atores que ocorriam nas reuniões entre Cooperativas, Centro de Apoio ao Pequeno Produtor (CAPA), a própria Reitoria da Universidade e EMATER.

No que tange às motivações, houve um conjunto de fatores que levou à formação dessa parceria, como ampliar a comercialização dos produtos dos AFs, a ligação com projetos de extensão da UFPel em uma relação recíproca de benefícios, a busca de preços justos para os agricultores, as legislações e políticas públicas da época e a qualidade dos alimentos oferecidos à população beneficiária do RU.

[...] conjunto de fatores: necessidade de ampliar a comercialização dos produtos orgânicos dos agricultores familiares, a forte ligação com projetos de extensão da Universidade [...] busca de um preço justo para os agricultores num espaço historicamente ocupado por atravessadores e grandes empresas que não praticavam uma relação justa com os agricultores familiares, a oportunidade da legislação do PAA-CI e os Decretos 7775/2012 e 8473/2015. (Representante Cooperativa, Pelotas-RS, 2019).

a) Política, considerando a importância do estímulo ao desenvolvimento regional da agricultura familiar; b) Qualidade dos alimentos, pois reconhecidamente produtos desta origem apresentam maior qualidade, incluindo a oferta de alimentos de origem orgânica. (Nutricionista UFPel, Pelotas-RS, 2019).

Porém, isso mudou a partir de 2018 com o início do trâmite para a terceirização dos serviços a partir de licitações, mas com o compromisso de manter as compras da AF, o que foi executado parcialmente. Essa mudança, segundo depoentes, levou ao rompimento dos vínculos construídos com as organizações da AF e, conseqüente, redução nos valores destinados para estas compras.

Em relação ao caso da UFFS Chapecó, partindo dos relatos de gestores da instituição, as discussões iniciaram ainda antes do projeto do RU se concretizar. Esses

debates eram realizados na época, por uma comissão composta por nutricionistas, representantes do setor de planejamento da Universidade, professores das áreas de nutrição e agroecologia, assim como integrantes da comunidade regional, para que se pudesse realizar as discussões e atrelar os interesses e necessidades.

Para que isso ocorresse, o primeiro modelo pensado foi contratação dos serviços, enquanto a Universidade forneceria a matéria prima, concretizando assim a missão da instituição em apoiar o desenvolvimento local e regional. Porém, o modelo implementado foi o de contratação de empresa privada para gerenciar o restaurante, por meio de concessão do espaço. Diante disso, houve a necessidade de formular nova estratégia, colocando no Edital de contratação da empresa privada uma cláusula referente à compra de produtos da AF. Estas tinham o compromisso de comprar gêneros de Cooperativas da AF credenciadas pela Universidade. Para este credenciamento, a Universidade realizava uma chamada das Cooperativas interessadas e, então, ocorria um processo de pesquisa de preços no mercado para balizar os preços pagos. Se os preços dos produtos oferecidos pelas Cooperativas fossem superiores à média dos mercados (mais que 10%) não havia a exigência da compra da AF pela concessionária. Conforme o servidor de compras da UFFS, haviam três pilares que deveriam ser seguidos:

Segurança alimentar e nutricional né, a aquisição da agricultura familiar o segundo pilar e aí foi dividido em uma matriz de importância né, até para poder ver se o contrato estava acontecendo. E a terceira - relação com o custo/qualidade. (Servidor de compras UFFS, Chapecó-SC, 2018).

O planejamento começou pelas discussões internas e, na busca por mais fundamentos, contatou-se outras instituições, como a CONAB. Segundo os depoimentos, houve um longo processo até o modelo usado na época desta pesquisa, que consistia, portanto, em adicionar cláusulas no contrato com as empresas onde as mesmas se comprometiam a cumprir para ter o pagamento integral do preço contratado.

É importante ressaltar que se realizava uma fiscalização do contrato por parte da Universidade e, quando não ocorresse a aquisição sem justificativa, a empresa era penalizada com descontos no pagamento. Para tanto, a empresa entregava as notas fiscais com as compras que eram realizadas e as justificativas quando não eram.

Do lado dos AFs houveram reuniões entre Cooperativas da AF sobre os mecanismos e a possibilidade de fornecimento para a Universidade. Juntamente com a EPAGRI realizou-se a primeira proposta e contato com a instituição.



As principais motivações relatadas pelos gestores para esta compra estavam relacionadas à qualidade nutricional dos alimentos que seriam ofertados, assim como o fortalecimento regional e local.

A nossa primeira preocupação foi a qualidade do alimento, essa de fato é a causa central [...] mas ao destacar a qualidade, nós também queríamos evidentemente aumentar a produção na região [...] aumentando a produção e conseguindo comercializar mais eles também aumentariam a renda e aumentando a renda eles também poderiam ter mais condições de viabilidade [...] aí fecha o ciclo de todos os itens, questão econômica, de saúde, afeta preço, afeta os próprios agricultores, afeta o ambiente e a cultura alimentar [...]. (Gestor UFFS, Chapecó-SC, 2018).

Para os AFs, destaca-se que esse se tornou mais um mercado para escoar sua produção e que passaram a produzir mais, aumentando o plantio de forma organizada para que não houvesse concorrência dentro da própria Cooperativa, conforme as necessidades da Universidade e a sazonalidade dos gêneros, sendo assim uma produção mais distribuída. Consideram também que ter uma fonte de renda mensal garantida e extra foi imprescindível, assim como a qualidade dos seus produtos que seriam mais naturais, e forneceriam qualidade de vida para os consumidores, visto que alguns eram certificados (produção orgânica).

Por fim, no caso da UFRGS, este processo começou lentamente, e com o passar do tempo foi se intensificando. A troca de gestão na Universidade foi o incentivo para se discutir mais a questão da AF e inseri-la nas compras públicas. Inicialmente haviam grandes dificuldades pois não havia legislações específicas para esse processo (antes de 2015) e também havia receio por parte da instituição na questão da logística que os restaurantes demandavam, tanto em quantidade, como em transporte. Deve-se destacar a importância dada pela instituição para a aquisição dos produtos da AF. Contudo, havia a necessidade de uma garantia de que o funcionamento do restaurante não seria prejudicado, fato que levou a realização de reuniões com Cooperativas para obtenção de informações relacionadas à logística, capacidade de fornecimento e demais aspectos importantes. No decorrer desses processos, surgiram as legislações específicas, e assim aconteceu um amadurecimento das Cooperativas, da legislação e da própria Universidade para que o processo acontecesse.

Para que isso se tornasse um projeto real, houve uma grande iniciativa individual por parte da Universidade. Dentro da UFRGS, de acordo com um nutricionista, pode-se destacar como um ator importante nesta construção, a diretora da Divisão de Alimentação



(DAL): “Acho que é porque ela assumiu uma postura de acreditar nessa ideia, comprar desse processo e se sacrificar para isso [...]”. Ademais, as Cooperativas também teriam papel importante, pois estavam sempre interessadas em fazer o processo dar certo e prestar um bom serviço à comunidade.

Como já relatado, o interesse em realizar as compras da AF existia há um bom tempo na Universidade, motivado por diversos aspectos considerados essenciais. Dentre eles, por parte das nutricionistas, o ganho na qualidade dos alimentos em função da sazonalidade dos produtos, citando também o fomento ao desenvolvimento da economia local. Outro ponto importante era o viés social dessa política e todos os benefícios que ela teria para esses produtores, o que vai ao encontro do relato de um gestor da UFRGS:

Quando tu se aproximas desses agentes das Cooperativas e tu vê a importância desse processo na qualidade de vida deles, o quanto isso reflete na qualidade de vida dessas pessoas e de toda a cadeia produtiva, porque tu vê alguns agentes, mas toda a cadeia produtiva deles acaba sendo beneficiada e é uma escala que a maior parte da população não tem ideia. (Gestor UFRGS, Porto Alegre-RS, 2018).

Por parte dos agricultores que participavam do processo através de Cooperativas foi a própria Cooperativa que apresentou a proposta e, a partir disso, os mesmos se organizaram para o plantio conforme os gêneros que seriam vendidos, quantidades, e em alguns casos, até aumentaram a produção para atender as necessidades da Universidade. O interesse dos AFs foi motivado principalmente, por ser mais uma fonte de renda garantida no final do mês e por confiar na Cooperativa a qual estão associados, conforme relato de um agricultor:

[...]. A união faz a força. [...]. Então, juntando um pouco de cada, facilita para produzir. Quem consegue produzir um produto, outros produzem outro. Então, consegue se encaixar no programa e facilita para tudo, desde o transporte, que vai tudo junto; o processamento dos produtos, que chega na Cooperativa; não tem que cada um correr atrás, a Cooperativa faz a parte da burocracia e a gente produz. (Agricultor envolvido, Porto Alegre-RS, 2018).

Para as Cooperativas o processo se deu de forma diferente. Encontraram no PAA mais uma oportunidade para expandir o mercado para a AF, estando dentro de outro espaço institucional, para além da alimentação escolar. A comunicação entre Universidade e Cooperativa foi de extrema importância para que o processo acontecesse, para que ambos os lados estivessem preparados para que fosse uma experiência mutualmente benéfica. Dentro de cada Cooperativa, os passos iniciais desse processo ocorreram de formas diversas. Algumas, através da sua própria estrutura administrativa se inteiraram das novas

legislações que estavam saindo e dessa forma as mesmas podiam compreender melhor as propostas e funcionamento. A instituição também buscou conversar e divulgar a publicação do edital, processo que foi uma construção e desafio durante os primeiros anos. Destaca-se também o papel da EMATER, que explicou o funcionamento do projeto e prestaram assistência conforme necessário, além do diálogo com a Universidade para que houvesse benefício para ambas instituições.

Conforme citado, a motivação principal para as Cooperativas era oportunizar aos associados mais uma forma para eles continuarem suas atividades e terem opções de formas para escoar seus produtos, além da questão dos valores. Mas também o espaço da Universidade traz uma grande visibilidade para a AF e maior reconhecimento, favorecendo essa forma de produção e o desenvolvimento local, que são incentivos para a participação nessas políticas públicas.

Verificam-se muitas semelhanças nos três casos em relação aos atores envolvidos no processo e nas motivações em efetivar esta política. Além disso, todos refletem a importância dos atores sociais como agentes das mudanças necessárias dentro de uma estrutura posta. Conforme estudos já realizados analisando as compras públicas da AF para o PNAE (TRICHES, 2010; TRICHES e SCHNEIDER, 2010; TRICHES et al., 2014), este estudo os corrobora ao verificar que sem atores engajados e comprometidos não há mudanças nas estruturas, mesmo na existência de legislações que as favoreçam. O papel dos atores e suas motivações são primordiais para o êxito dos casos.

Neste sentido, ter motivos para mudar também faz diferença. Estes casos mostram que há necessidades e interesses pelo lado dos AFs e suas Cooperativas em escoarem seus produtos que os motivam a buscar novos mercados. Por seu turno, em relação aos gestores públicos, observa-se que há uma coerção legal, mas isso não é suficiente para que os mesmos busquem formas de comprar produtos da AF (GIOMBELLI e TRICHES, 2019). Isso está mais determinado pela consciência destes em atender uma demanda social e de segurança alimentar e nutricional que passa pelos consumidores dos próprios RU e dos AFs. Já as empresas privadas que intermediam o processo não parecem ter interesses que não sejam o de maximizar seus lucros, e, portanto, comprar da AF só se efetiva quando os preços são menores ou quando são coagidas pelas Universidades a comprarem deste fornecedor sob pena de terem prejuízos se não o fizerem.

Como pontos que chamam a atenção para as diferenças relativas aos mecanismos de acesso dos AFs a estes mercados, pontua-se que em duas Universidades (UFRGS e UFPel) houve a utilização do PAA via chamadas públicas para compra de produtos da AF. Isto só ocorreu em função de terem como forma de gestão a autogestão e não a terceirização/concessão do RU. No caso da UFFS Chapecó este mecanismo (PAA) não pôde ser utilizado, pois a compra dos insumos era feita pela empresa concessionária. Neste caso, as estratégias foram um pouco mais engenhosas para conseguirem, mesmo sem o uso do PAA, comprar produtos da AF, adicionando cláusulas ao Edital de Concessão.

No entanto, as motivações alavancam os processos, mas isso não quer dizer que elas são suficientes para que ele vingue. A seguir apresenta-se os desafios que surgiram e as estratégias que os atores utilizaram para resolvê-los.

INTERFACES PARA SUPERAR OS DESAFIOS

Nos casos avaliados, várias dificuldades precisaram de negociações e interfaces para serem manobradas. Neste ponto, buscou-se verificar quais foram as articulações existentes entre atores públicos e privados que participavam da elaboração e execução destas compras institucionais para ultrapassar os problemas.

Por parte dos gestores das Universidades Federais, destaca-se a negociação de preços, especialmente entre empresas terceirizadas e Cooperativas. Deve-se levar em conta que a empresa terceirizada quer pagar sempre o menor preço, mesmo precisando seguir a norma dos contratos. Também foram relatadas dificuldades na compreensão do processo pelos envolvidos, Universidade, empresa privada e AF. Pelo fato de ser uma proposta nova, o cumprimento das questões legais nem sempre era entendido, o que acabava por vezes “engessando” o processo, conforme relatado por um gestor da UFFS Chapecó: “não entendendo ela (a regra) como uma questão ruim, mas entendendo que nós precisamos obedecer às regras e que talvez eles (os agricultores) ainda não estejam adequados para comercializar num todo de acordo com estas regras.”

Há de se citar também as dificuldades referentes à organização e logística dos agricultores/Cooperativas (horários, pedidos, comunicação, etc.) e dentro disso, a dificuldade de adaptação de ambos os lados, conforme Nutricionista da UFRGS:

[...] A gente estava acostumada com fornecedor que nos trazia todos os dias e a agricultura familiar, como era de longe a maioria, as vezes era 1 vez na semana



[...] a gente tinha que ter lugar para abastecer, para planejar o cardápio já em função de não ter muita coisa no estoque para poder receber essa mercadoria que estava vindo [...]. (Nutricionista UFRGS, Porto Alegre-RS, 2018).

Para os agricultores, as dificuldades iniciavam na logística (horários de entrega, distância, adequações na estrutura) necessárias para que ocorressem as entregas e, em alguns momentos, a demanda de produto era tão pequena que não valia a pena. Além disso, ocorria a competitividade com os preços do mercado, visto que as empresas visam lucratividade, e assim, os preços pagos para os AFs podiam não ser justos e equivalentes à qualidade do produto oferecido. Em muitos momentos os agricultores precisaram baixar os preços para conseguir competir com os fornecedores convencionais.

Considerando todas estas dificuldades, algumas ações foram realizadas buscando contornar as situações adversas. A principal, para todas as instituições, foi o diálogo, realização de reuniões entre todos os atores (Cooperativas, Universidade e empresa), buscando sanar dúvidas e aproximar as pontas do processo. Foi também necessário dialogar dentro dos diversos setores da Universidade, assim como dentro das Cooperativas, por meio da organização dos agricultores. No caso da experiência da UFFS Chapecó, havia uma questão contratual em que deveriam ser adquiridos produtos da AF. Conforme Nutricionista da empresa concessionária: “[...] tinha a questão dos dez por cento né, na retirada desses dez por cento da lista isso facilitou bastante, até ficou menos burocrático [...]”. Apesar das dificuldades relatadas com os preços, foi destacado também que, pela qualidade do alimento adquirido, as compras compensavam. Ressalta-se a importância da conscientização, mostrar que o processo podia dar certo e da confiança entre os responsáveis. Trazer visibilidade e uma sensibilidade relacionada aos produtos locais também foi imprescindível para que ocorresse superação dos obstáculos, continuando com a motivação, destaca um gestor da UFFS:

A conscientização é um processo que o próprio sujeito tem que produzir no momento que ele entra em crise, em contradição [...]. Então nós superamos isso, superamos todas essas grandes contradições assim, que as pessoas apresentavam lá atrás, não da forma ideal, nós sempre fomos trabalhando na forma como era possível em direção aquele ideal, por isso que continuo dizendo que tem dificuldades, mas a primeira coisa que nós conseguimos fazer no sentido de, de superar as contradições foi mostrar que é possível fazer. [...]. Então a primeira coisa é fazer dar certo, e melhorando o que tá sendo feito e isso também continua, eu ainda percebo o quanto tá melhorando [...]. (Gestor UFFS, Chapecó-SC, 2018).

Dentro das Cooperativas, as mudanças também ocorreram justamente para melhorar a logística citada anteriormente, realizando cronogramas com os AFs, baseados na conversa. Pode-se destacar também o apoio e assistência de outros órgãos, conforme agricultor da COMCAVI: “A EMATER está sempre nos ajudando. Qualquer coisinha, a gente liga pra lá e eles tão sempre à disposição.” A boa relação entre Universidade, empresa, Cooperativa e agricultor é um facilitador para a resolução de todos os problemas supracitados.

Desta verificação, observa-se que os entendimentos foram construídos com o tempo a partir de um processo dialógico e de interação que colocava em interface os diversos domínios. Nestas arenas, a narrativa em prol da mudança se institucionalizou a ponto de que nenhuma dificuldade conseguiu se impor e inviabilizar o processo de mudança.

Estas narrativas se baseavam principalmente nos benefícios. Para os gestores das instituições, a qualidade dos alimentos que estavam sendo ofertados, mesmo não sendo 100% orgânicos era um dos principais benefícios. Também foram citados a questão do processo educativo, visando mudar hábitos alimentares e melhorar a qualidade de vida e saúde dos frequentadores dos restaurantes, assim como promover a cultura alimentar da região. Concomitante a isso, o discurso do fortalecimento da agricultura local e dos pequenos agricultores, estimulando a economia e desenvolvimento regional foi muito utilizado nos casos. Conforme depoimento de um gestor da UFFS isso se trata de um “dever” das instituições.

[...] tem essa articulação com o social, que a Universidade em alguma medida ela tá devolvendo à sociedade aquilo que ela deve, porque eu acho que enquanto Universidade a gente tem esse papel, enquanto instituição pública a gente tem que trabalhar pra melhoria e pro desenvolvimento do coletivo do público [...] é gratificante desse ponto de vista assim sabe, de retorno social [...]. (Gestor UFFS, Chapecó-SC, 2018).

Se a gente for a fundo, vai ver que tem uma importância imensurável, eu diria. Imensurável porque ela reveste todo um processo, além da inclusão social e da distribuição de renda e tal, ela tem todo um processo que ela ainda gera uma condição do agricultor tá lá... se ele não tiver comercialização ou se tiver uma pequena comercialização, pelo menos ele tem a produção do autoconsumo né. (Representante Cooperativa, Chapecó-SC, 2018).

Portanto, as alegações para se mudar os processos em prol da compra de produtos da AF giraram em torno do auxílio e fortalecimento desse grupo que, em muitos momentos, esteve à mercê da sociedade, da importância da segurança alimentar e nutricional, da saúde e da sustentabilidade promovida por essa forma de abastecimento.

DOI: <http://dx.doi.org/10.22295/grifos.v32i59.7007> | Edição Vol. 32, Núm. 59, 2023.



Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Attribution, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

Percebe-se, através dos dados expostos, que há diversas semelhanças nos três casos estudados. Para todas as instituições, o preço foi um empecilho para realizar as compras, assim como a logística e organização das Cooperativas e agricultores. Já entre estes últimos, o aspecto coincidente foi a competitividade com os valores de mercado e a necessidade de diminuir os preços para conseguir realizar as vendas, além da burocracia e dificuldade na compreensão do processo. De outra parte, observou-se que as narrativas utilizadas sobre os múltiplos benefícios destas aquisições se sobrepuseram às narrativas e contextos desfavoráveis. Isto só foi possível por meio do diálogo e da relação desenvolvida entre Universidades, empresas, Cooperativas e agricultores, que colocaram face-a-face os envolvidos para chegarem em denominadores comuns, a partir de maior conhecimento, conscientização e, conseqüentemente, de incremento na vontade de melhorar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir das análises destes três casos de compras de alimentos da AF pelos RU, observou-se que os mecanismos de acesso diferem operacionalmente de acordo com a forma de gestão adotada pela instituição. Nas experiências onde havia autogestão, em que a aquisição de produtos alimentícios era feita pela própria Universidade via PAA, o montante de recurso e a quantidade e diversidade de alimentos adquiridos eram maiores. No momento em que ocorre a terceirização dos RU, esta facilidade é perdida e outras formas precisam ser pensadas para que se continue atendendo o Decreto 8473/2015. Vê-se pelo exemplo da UFPel em que esta mudança prejudicou as compras da AF. No entanto, esta forma de gestão tem se tornado uma regra em todas as Universidades Federais. Com isso, a estratégia de incluir nos Editais de Contratação destas empresas privadas cláusulas para a inclusão de produtos da AF, tem se tornado recorrente, como demonstra o caso do Campus de Chapecó da UFFS.

Diante desta leitura, para que se tornassem casos bem sucedidos nestas aquisições, foi necessária a construção de articulações e mecanismos de acesso pelos envolvidos e identificou-se que as iniciativas partiam especialmente das Universidades, devido às políticas públicas vigentes, mas também pela existência, nestes locais, de pessoas com poder de agência. Suas motivações relativas à segurança alimentar e ao desenvolvimento rural, iam ao encontro do interesse das organizações representativas dos agricultores que vinham buscando mais mercados para se viabilizarem.



Apesar de serem casos mais exitosos nas compras de produtos da AF, se comparado a outros RU do sul do país, os desafios encontrados no percurso e relatados no estudo devem ser considerados, destacando-se os preços e a logística envolvida na execução das compras e a adaptação necessária ao novo processo para todos os envolvidos. Partindo desses desafios, os atores encontraram espaço de manobra para contornar as adversidades, especialmente a partir do diálogo e das interações onde os discursos calcados nos benefícios se sobrepuseram aos problemas e dificuldades do processo.

Embora cada caso possua suas particularidades, não há grandes diferenças destacadas nessa pesquisa entre eles. Partindo dos seus objetivos, a pesquisa buscou explorar os aspectos propostos, possibilitando, a partir de seus achados, chegar a resultados que demonstram pontos importantes e que merecem mais estudos em outros estados e regiões e com outras metodologias.

Algumas limitações dificultaram o desenvolvimento do presente estudo, dentre elas o acesso a alguns entrevistados em um dos casos investigados, o que impossibilitou um maior aprofundamento e compreensão de aspectos relevantes. Ademais, tratou-se de uma pesquisa qualitativa, portanto, seus resultados não podem ser generalizados, o que aponta para a importância de estudos quantitativos.

As Universidades são palco para o debate de pautas importantes e têm papel fundamental no auxílio no desenvolvimento regional, na mudança de realidades e na produção de ensino, pesquisa e extensão que visam beneficiar a comunidade. O papel do poder público na implementação de suas próprias políticas setoriais e intersetoriais, fortalecendo ações como a abordada nessa pesquisa e trazendo novas possibilidades de desenvolvimento social, ambiental, econômico com segurança alimentar e nutricional são essenciais. Primar pela utilização racional dos recursos públicos também inclui pensar a qualidade dos produtos que adquire e o tipo de fornecedor que viabiliza. Neste sentido, viabilizar o agricultor familiar é viabilizar a autonomia e independência alimentar do nosso país, já que é principalmente deste tipo de agricultura que se abastece o mercado interno.

REFERÊNCIAS

BARROSO, L. S. **As compras institucionais da Universidade Federal do Rio Grande do Sul: dietas sustentáveis em restaurantes universitários.** Dissertação (Mestre em Desenvolvimento Rural) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural,

DOI: <http://dx.doi.org/10.22295/grifos.v32i59.7007> | Edição Vol. 32, Núm. 59, 2023.



Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Attribution, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2019.

BRASIL. **Presidência da República**. Decreto nº. 7.775 de 4 de julho de 2012. Regulamenta o art. 19 da Lei nº. 10.696 de 2 de julho de 2003, que institui o Programa de Aquisição de Alimentos, e o Capítulo III da Lei nº. 12.512 de 14 de outubro de 2011 e dá outras providências, 2012.

_____. **Presidência da República**. Decreto nº. 8.473, de 22 de junho de 2015. Estabelece, no âmbito da Administração Pública federal, o percentual mínimo destinado à aquisição de gêneros alimentícios de agricultores familiares e suas organizações, empreendedores familiares rurais e demais beneficiários da Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, e dá outras providências.

BUNDY, D; BURBANO, C; GROSH, M; GELLI, A; JUKES, M & DRAKE, L. **Rethinking school feeding: social safety nets, child development, and the education sector**. 1ª Ed. World Bank Publications, 2009.

ESPEJO, F., BURBANO, C. & GALLIANO, E. **Home-Grown School Feeding: A framework to link school feeding with local agricultural production**. 1ª Ed. Rome, WFP, 2009.

GIOMBELLI, G. P.; TRICHES, R. M. Public food procurement for restaurants of Federal Universities in Brazil: advances and setbacks in the implementation of sustainability transition. **Agroecology and Sustainable Food Systems**, p. 1-19, 2019.

MASON, P.; LANG, T. **Sustainable diets: how ecological nutrition can transform consumption and the food system**. 1ª Ed. Reino Unido: Routledge; 2017.

LANG, T.; HEASMAN, M. **Food Wars: The Battle for Minds, Mouths and Markets**. 1ª Ed. London: Earthscan, 2004.

LONG, N. From paradigm lost to paradigm regained? The case for an actor-oriented sociology of development. In: LONG, N; LONG, A. (Ed.). **Battlefields of knowledge: the interlocking of theory and practice in social research and development**. 1ª Ed. London: Routledge, 1992. p. 16-43.

LONG, N. **Sociología del desarrollo: una perspectiva centrada en el ator**. 1ª Ed. Mexico: COLSAN/CIESAS, 2007.

MINAYO, M. C. **O desafio do conhecimento**. Pesquisa qualitativa em saúde. 1ª Ed. São Paulo: Hucitec, 1996.

MORGAN, K; SONNINO, R. **The school food revolution: public food and the challenge of sustainable development**. 1ª Ed. London: Earthscan, 2008.

PARIZOTTO, L. D. **Aquisição de alimentos da agricultura familiar para restaurantes universitários: estudo de caso em um campus da Universidade Federal da Fronteira Sul**. 2019. Dissertação (Mestre em Ciências da Saúde) – Programa de Pós-Graduação Stricto sensu, Ciências da Saúde, Universidade Comunitária da Região de Chapecó, Chapecó, 2019.

PARRADO-BARBOSA, A. RUIZ, E.N.F.; TRICHES, R.M.; (Org.). **Sustentabilidade, circuitos curtos de abastecimento e compras públicas de alimentos**. 1ª Ed. Chapecó: UFFS, 2022. v. 1. 321p.



SILVA, C.A.; GAZOLLA, M.; MARINI, M. J.; TRICHES, R. M. Programa Nacional de Alimentação Escolar: o desempenho de estados e municípios brasileiros na aquisição de alimentos da agricultura familiar. **Revista Economica do Nordeste**, v. 52, p. 121-138, 2021.

SWENSSON, L.F.J; HUNTER, D.; SCHNEIDER, S.; TARTANAC, F. (Org.). **Public food procurement for sustainable food systems and healthy diets** - Volume 2. 1ª Ed. Roma: FAO, 2021.

TEO, C. R. P. A.; TRICHES, R. M. **Alimentação Escolar: construindo interfaces entre saúde, educação e desenvolvimento**. 1ª Ed. Chapecó: Argos, 2016. v. 1. 411p.

TRICHES, R.M., et al. O Programa de Alimentação Escolar nutrindo o desenvolvimento: ideias e relações inovadoras. In: SCHNEIDER, S; MENEZES, M; SILVA, A.G; BEZERRA, I. (Org.). **Sementes e brotos da transição: inovação, poder e desenvolvimento em áreas rurais do Brasil**. 1ª Ed. Porto Alegre: UFRGS, 2014, v. 1, p. 115-139.

_____. **Reconectando a produção ao consumo: a aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar para o Programa de Alimentação Escolar**. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) PGDR/UFRGS, Porto Alegre, 2010.

_____. Efficiency and efficacy of public food procurement from family farmers for school feeding in Brazil. **Revista de Direito Internacional**, v. 15, p. 270-284, 2018.

_____; SCHNEIDER, S. Alimentação Escolar e Agricultura Familiar: reconectando o consumo à produção. **Saúde e Sociedade**, v.19, n.4, p.933-945, 2010.

_____; _____. Desestruturar para construir: interfaces para a agricultura familiar acessar o programa de alimentação escolar. **Estudos Sociedade e Agricultura** (UFRJ), v. 20, p. 66-105, 2012.

